

-----**ACTA**-----

-----**DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 17 DE JULHO DE 2006**-----

-----Aos dezassete dias do mês de Julho de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e na Sala de Reuniões do Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre e José Carlos da Silva.-----

-----Faltaram o Sr. Vice-Presidente e o Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, cujas faltas foram consideradas justificadas, tendo este último sido substituído pelo Sr. Victor Manuel Petulante Pedro.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - Foram submetidas a apreciação as actas de vinte e nove de Maio, cinco, dezanove e vinte e seis de Junho e três de Julho do corrente ano.-----

-----Foi aprovada a acta de dezanove de Junho, não tendo votado o Sr. Vereador Victor Pedro por não ter participado na mesma.---

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha introduziu alterações à acta de três de Julho, ao que o Sr. Presidente também introduziu a sua alteração, que responde à primeira.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que a alteração pretendida pelo Sr. Presidente deve constar da acta da reunião de hoje, alegando que a justificação ora ditada pelo Sr. Presidente não o foi naquela reunião. E disse querer acrescentar que o Património é algo de obrigatório e deve ser aprovado pelo executivo, nos termos da Lei número cento e sessenta e nove de noventa e nove, de dezoito de Setembro, alterada pela Lei número

cinco-A de dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que julga recordar-se que foi patenteado ao executivo todo o Património Municipal, na sequência de uma justificação dada na Assembleia Municipal à bancada da CDU, onde se propôs a distribuição dos elementos em CD, atendendo às centenas de páginas que comportava e à necessidade imperiosa de proteger o meio ambiente com a diminuição do número de folhas de impressão.-----

-----A mesma Vereadora disse que sobre esta matéria, remete para a obrigatoriedade prevista na lei, de em cada mandato fornecer esses elementos, que não foram apresentados. Da sua parte, fica requerida ao Sr. Presidente a possibilidade de ter acesso a esse mesmo Património, com todos os itens que comporta.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro, discordando que tais elementos não tivessem sido apresentados antes, ditou para a acta que se faça nota interna no sentido de fornecer à Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, na próxima reunião, toda a relação do Património Municipal, qualquer que seja o volume de folhas.-----

-----  
-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----Neste Período o Sr. Vereador Victor Pedro perguntou se já foi dada resposta pelo CCDRLVT ao requerimento apresentado com respeito à Vala de Almeirim, ao que o Sr. Presidente respondeu negativamente.-----

-----  
-----

-----ORDEM DO DIA-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - Foi novamente presente o requerimento da advogada Cláudia Alcaçarenho solicitando certidão comprovativa do eventual uso do direito de preferência na dação em cumprimento que vai ser feita das fracções autónomas correspondentes a cave esquerda e rés do chão direito do prédio sito na Rua Vasco da Gama, lote quinze em Almeirim. Tem

informação prestada supervenientemente pela titular do direito de que as fracções autónomas são propriedade de Ricardo Alexandre Félix da Cunha e Helena Maria Tomé Fidalgo da Cunha e se destinam a efectuar dação no valor de oitenta e quatro mil euros, ao Banco Millenium bcp.-----

-----A Câmara deliberou não usar o direito de preferência.-----

-----ZONA DE SERVIÇOS DE PAÇO DOS NEGROS - Presente o requerimento de Carpinpaços, Carpintarias, Ld<sup>a</sup>, proprietária dos lotes treze, catorze e quinze da Zona de Serviços de Paço dos Negros, solicitando a prorrogação do prazo para construção nos mesmos lotes, por mais dois anos, com afastamento da cláusula de reversão durante o período de vida do empréstimo hipotecário que vai fazer junto do Banco BPI, SA.-----

-----A Câmara deliberou deferir.-----

-----Foi presente o requerimento de Francisco Vareta Rodrigues solicitando a compra do lote trinta e quatro da Zona de Serviços de Paço dos Negros, para instalação de um snack bar, pastelaria e padaria.-----

-----A Câmara deliberou vender, por maioria, com a abstenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha por não constar da ordem de trabalhos nem lhe serem facultados documentos.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----PCP - A Câmara tomou conhecimento da comunicação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, que acompanha a resposta do Governo ao requerimento da sua deputada pelo distrito, sobre o encerramento de escolas do primeiro ciclo e jardins de infância no distrito de Santarém.-----

-----VENDA DE BENS DISPENSÁVEIS AO SERVIÇO - PATRIMONIO - Foi presente a carta de José Joaquim Luzia Rodrigues na qual solicita lhe seja vendido o jeep Toyota matrícula SS-trinta e seis-zero nove, em estado de sucata, pelo preço de cento e

cinquenta euros, a fim de com as peças compor outra viatura igual, que detem.-----

-----A Câmara deliberou vender pelo preço proposto e efectuar o seu abate ao património.-----

-----PISCINAS - A pedido da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almeirim, a Câmara deliberou custear a utilização das Piscinas durante as primeiras quinzenas de Julho e Agosto por dois grupos de jovens integrados na Ocupação de Tempos Livres, no total de doze jovens e três monitores cada grupo.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das entidades abaixo indicadas a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências financeiras:-----

-----União Futebol Clube de Almeirim, para inscrição de atletas cujo número indica, sete mil cento e vinte e cinco euros; e Associação Desportiva Fazendense, para inscrição de duzentos e trinta atletas, sete mil trezentos e doze euros e cinquenta cêntimos.-----

-----Ambas as entidades ficam obrigadas a apresentar cópias dos talões de inscrição dos atletas.-----

-----A Câmara tomou conhecimento da carta de INDE solicitando um donativo com destino a apoio ao povo de Timor.-----

-----RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL - Foi presente a informação do jurista Vítor de Sousa comunicando a responsabilidade da autarquia nos danos sofridos na viatura Mercedes de António Gonçalves Pereira, por embate numa tampa de esgoto saliente, na Rua Moinho de Vento em Fazendas de Almeirim, no dia vinte e três de Março passado e que se traduzem num pneu rebentado e uma jante partida, no total de trezentos e vinte e dois euros e onze cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou indemnizar.-----

-----UNIVA - Foram presentes duas informações internas com vista

ao adiantamento da verba para pagamento à estagiária em serviço no programa UNIVA, respeitantes aos meses de Junho e Julho do corrente ano, a qual será reposta, logo que seja recebida a transferência a esse fim destinada.-----

-----O executivo concordou.-----

-----125 ANOS DA PONTE D. LUÍS - O Sr. Presidente deu conhecimento da carta da Associação de Defesa de Estudo e Defesa do Património Histórico-Cultural de Santarém comunicando que terá lugar no próximo dia quinze de Setembro a cerimónia de comemoração dos cento e vinte e cinco anos da Ponte D. Luís, com a colocação de uma placa evocativa.-----

-----ORFEÃO DE ALMEIRIM - A Câmara tomou conhecimento do pedido do Orfeão de Almeirim com destino a ser patrocinada ao próprio e ao grupo visitante da República Checa, uma recepção nos Paços do Concelho, no dia dezasseis de Setembro próximo, pelas dezassete horas. Faz ainda convite a todo o executivo para o concerto que terá lugar no mesmo dia, no Cine Teatro.-----

-----ENCERRAMENTO DE FÁBRICA NA AZAMBUJA - O executivo tomou conhecimento da comunicação dos trabalhadores da fábrica General Motors, da Azambuja, que dá conta dos apoios generalizados à sua luta pela manutenção dos postos de trabalho, perante o anunciado encerramento da fábrica.-----

-----TAXAS DO IMI - RECOMENDAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - O Sr. Presidente submeteu a apreciação a Moção-Recomendação da Assembleia Municipal, aprovada em sessão de trinta de Junho passado, que vota favoravelmente a taxa do IMI de zero, vírgula, sete por cento para os prédios que não sofreram nesta fase uma avaliação final, com simples actualização dos valores patrimoniais tributáveis por via da correcção monetária ponderada e recomenda ao executivo a redução de zero, vírgula, cinco por cento que foi proposta para que seja fixada a taxa de

zero, vírgula quatro por cento de IMI dos prédios novos, o que implica uma redução de vinte por cento na taxa deste imposto, em benefício dos munícipes, em especial dos jovens.-----

-----Igualmente foi apresentada a proposta do Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal que configura uma recomendação ao executivo com vista ao agravamento de trinta por cento da taxa do IMI para os prédios que se encontrem devolutos e em elevado estado de degradação, de forma a incentivar pela via fiscal os proprietários a efectuarem obras nos mesmos, alguns dos quais apresentam perigo de derrocada e ameaçam a segurança pública, conforme previsto no Código do Imposto Municipal sobre Imóveis.-

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse concordar com a primeira recomendação porque considera a taxa aprovada muito alta e, quanto à segunda, estando favorável ao princípio, considera o agravamento de trinta por cento muito elevado.-----

-----Discutido o assunto, foram ambas as recomendações aceites, por unanimidade.-----

-----DECLARAÇÃO DO 4º FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA - Foi presente a circular da Associação Nacional de Municípios Portugueses convidando o executivo a subscrever a Declaração dos Presidentes de Câmara e Eleitos Locais sobre a Água, aprovada no Quarto Fórum Mundial da Água realizado recentemente no México, a qual reflecte a percepção das responsabilidades que os eleitos locais têm em matéria de água potável e saneamento, reconhecendo o seu papel crucial na gestão do recurso água.-----A Câmara deliberou subscrever, por unanimidade.-----

-----PROTOCOLO VALTEJO FINICIA - Em aditamento à deliberação de cinco de Junho passado, que aprovou a minuta do Protocolo Financeiro e de Cooperação, Valtejo Finicia no Concelho de Almeirim, o Sr. Presidente submeteu à consideração do executivo a redacção final do número dois da Cláusula onze que prevê, em alternativa, que a Câmara suporte a compensação de dois por

cento a prestar à NERSANT, ou a mesma seja suportada pelo beneficiário.-----

-----O executivo deliberou, por unanimidade, que a compensação seja paga pelo beneficiário.-----

-----PAÇO REAL DE PAÇO DOS NEGROS - O Sr. Presidente informou o executivo que decorre o processo de concurso limitado para a realização de escavações arqueológicas em terrenos adjacentes ao Paço Real de Paço dos Negros, com indicação dos concorrentes, valores das propostas e notificação da intenção de adjudicação. Após o fim do prazo de reclamação, procederá à adjudicação.-----

-----ALDESC - CONCURSO PARA CONCESSÃO DA CASA DE CHÁ - O Sr. Presidente distribuiu pelos restantes membros do executivo o parecer jurídico respeitante à segunda reclamação de um concorrente ao concurso promovido pela ALDESC, EM, para concessão da Casa de Chá da Zona Norte de Almeirim.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse querer explicações, porque é dito que uma empresa convidada não tem existência legal e por isso foram admitidos a concurso os dois subscritores da proposta, alegadamente 'gerentes' da empresa que, todavia, está registada no Registo de Pessoas Colectivas - E.T.R.- Empreendimentos Turísticos do Ribatejo, Limitada. Assim sendo, não se percebe como são analisados os seus gerentes como pessoas individuais. Considerou que as informações prestadas não a esclarecem e disse que há muita coisa para esclarecer neste concurso e estão focadas nas queixas do reclamante. Pode não se aplicar o recurso tutelar, mas a Câmara tem tutela política e os seus membros têm o direito de se pronunciar. Sugeriu que seja feita uma recomendação ao Conselho de Administração para averiguar melhor a situação e disse querer que os concursos públicos sejam transparentes e compete à Câmara velar pela transparência.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva referiu que houve intenção por parte do Conselho de Administração da ALDESC de

tratar com total isenção e transparência todo o processo e todos os concorrentes e, quando surgiram as primeiras dúvidas, perante o princípio que norteava o processo, o Conselho de Administração solicitou a intervenção do consultor jurídico, que o estudou e forneceu as conclusões legais que ao caso cabem e que considera absolutamente válidas.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha, referindo-se ao parecer jurídico, respigou os pontos em que é afirmado que a Câmara não tutela o processo de concurso e, por outro lado, mais à frente aduz que a Câmara pode revogar actos dentro do processo. E perguntou se sim ou não a empresa Copo comTexto, antes deste concurso, entregou uma proposta escrita para este espaço. Aludiu que já anteriormente fez esta pergunta e foi-lhe respondido negativamente, que só manifestou interesse no bar do Cine Teatro.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos da Silva respondeu que o primeiro pedido do Copo comTexto para atribuição de espaços para desenvolver a actividade de bar, referia-se a uma ou duas lojas no Mercado Municipal, mesmo em frente à sua cafetaria e só mais tarde veio a mostrar interesse pelo bar do Cine Teatro, para o que apresentou um pedido. Quando se falou na probabilidade de ir a concurso a Casa de Chá da Zona Norte, apresentou a sua proposta, como outras mais foram apresentadas.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha perguntou se o Sr. Vereador afirma que houve manifestação de interesse da Copo comTexto, antes do concurso.-----

-----O interpelado referiu que a Copo comTexto apresentou um projecto para aquele espaço, depois de uma reunião no seu gabinete com o Sr. Filipe Mocito, que lhe perguntou como podia concorrer, ao que o autarca lhe aconselhou a apresentar a sua proposta, que foi, aliás, o que disse a todos os interessados. Em resultado disso, houve uma entrega pessoal de documentos, que se juntaram aos outros para análise conjunta.-----

-----O Sr. Presidente disse desconhecer qualquer documento escrito entregue pela entidade em causa antes do concurso,



embora não desconheça o seu interesse no concurso, que informalmente lhe foi comunicado por um familiar do gerente da empresa.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora disse que gostaria de pôr à votação a recomendação ao Conselho de Administração da ALDESC para, antes da deliberação final, esclarecer toda esta situação.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que não se sente à vontade para tomar nenhum tipo de deliberação que represente uma intromissão nas competências da ALDESC, mas está à vontade para afirmar que o Conselho de Administração da ALDESC deve proceder de acordo com os pareceres jurídicos que tem ou venha a ter sobre o assunto. Estar a fazer uma recomendação ao Conselho de Administração é estar a Câmara a substituir-se à sua gestão e à fundamentação jurídica carreada para o processo. O que deve ser feito é um pedido de esclarecimento, mas não deve o executivo substituir o jurista.-----

-----O Sr. Presidente disse que, tratando-se de um pedido de esclarecimento, vota a favor, no que foi acompanhado pelos restantes membros.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse que, para avaliar todo o processo, gostaria de ter acesso ao Caderno de Encargos, critérios de adjudicação, actas do Conselho de Administração e propostas dos concorrentes, porque lhe foi dito que a diferença entre as propostas se encontrava nos valores oferecidos.-----

-----INCOMPATIBILIDADES DE ELEITOS LOCAIS - O Sr. Presidente referiu a informação do consultor jurídico a respeito das incompatibilidades dos eleitos locais e mais concretamente no que concerne à intervenção da Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha na passada reunião. E disse que, depois deste parecer, que é diferente do que lhe foi apresentado no mandato anterior porque se alterou o regime de meio-tempo para permanência da Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre, cessaram as compras à empresa Morais, Higiene, até que a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana Silvestre analise a sua situação em concreto.-----

-----A Sr<sup>a</sup> Vereadora Manuela Cunha disse querer que fique claro que a sua atitude, desde há longos anos, nunca se pautou pela perseguição, o que tem aplicação à Sr<sup>a</sup> Vereadora. Tal como foi acusada no anterior mandato, a sua atitude visa pugnar pelo interesse público e defesa da lei e foi com esse mesmo objectivo que trouxe o assunto à reunião de Câmara. Não tem nada de pessoal contra a Vereadora em concreto e nunca terá quando trazer outras questões em relação a qualquer outra pessoa, caso aconteça, porque separa as questões pessoais das questões públicas.-----

-----O Sr. Vereador Victor Pedro disse que 'não temos nada contra a Sr<sup>a</sup> Vereadora Joana nem contra outros Vereadores e, sobre o assunto, só nos pronunciaremos quando tivermos a certidão da Conservatória do Registo Comercial e se tiver havido intervenção da Vereadora nas deliberações de Câmara onde tais compras foram adjudicadas'.-----

-----4 - OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

-----COMISSÃO DE ABERTURA DE CONCURSOS DE EMPREITADAS - O Sr. Presidente apresentou a sua proposta, designando que, na sequência das nomeações das comissões a que se refere o Artigo sessenta do Decreto-Lei cinquenta e nove de noventa e nove, de dois de Março, propõe a nomeação da funcionária Graciete Romão para dar apoio administrativo, nomeadamente elaborar as actas dos actos públicos.-----

-----Atendendo a que o número três do Artigo oitenta e seis do mesmo diploma legal prevê que cabe ao secretário da Comissão de Abertura de Concurso redigir a acta da sessão, não estando prevista a intrusão de terceiros, a Câmara deliberou pedir parecer ao consultor jurídico.-----

-----Às dezasseis horas e trinta e três minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, , Chefe de Repartição  
desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e  
subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição